

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL****Administração - Aquisição - Bens de Consumo - 0013426-15.2021.6.21.8000**

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0902498.

1 OBJETO

1.1 Descrição

Aquisição de certificados digitais para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 anos, acompanhados de mídias criptográficas do tipo token e de certificado digital e-CNPJ, do tipo A1 para computador, com validade de 1 ano.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

Alguns sistemas utilizados pelo TRE, principalmente quando envolvem troca de dados com alguma entidade externa (bancos, receita, CNJ, etc) exigem a utilização de certificação digital padrão ICPBrasil. Esses certificados possuem validades de 3 anos. Assim, há a necessidade permanente de renovação, quando do final da validade, bem como de provimento de novas unidades para novos membros ou servidores.

A maioria dos certificados em uso foram distribuídos aos servidores usuários do sistema PJE. No final de 2021 muitas funcionalidades desse sistema passaram a prescindir desse tipo de certificação, o que fez com que diminuísse o número de usuários que necessitam do certificado e-CPF A3 para exercer suas atividades. Para definição da quantidade a ser adquirida, foi feito levantamento junto aos usuários cujos certificados digitais vencem ainda em 2022 e início de 2023, através da atividade CRONO 28256.

Já o certificado e-CNPJ, tipo A1 é imprescindível para a continuidade de envio diário de arquivos do eSocial para o SERPRO evitando multas caso isso não ocorra.

2.2 Objetivos a serem alcançados por meio da contratação

2.2.1 Disponibilização de infraestrutura de trabalho para membros e servidores que utilizam sistemas que exigem certificado digital tipo e-CPF;

2.2.2 Garantia e integridade de documentos eletrônicos;

2.2.3 Continuidade do envio diário de arquivos do eSocial para o SERPRO evitando multas caso isso não ocorra.

2.3 Benefícios diretos e indiretos alcançados por meio da contratação

2.3.1 Segurança na utilização dos sistemas de processo eletrônico;

2.3.2 Segurança na utilização de sistemas que envolvem troca de dados com alguma entidade externa;

2.3.3 Continuidade do acesso ao e-Social.

2.4 Alinhamento entre a contratação e o planejamento existente

A aquisição de certificados digitais faz parte dos objetivos, metas e ações do planejamento do TRE e STI:

2.4.1 Planejamento estratégico institucional

- Está alinhado ao objetivo Aprimorar a Prestação de Serviços.

2.4.2 Planejamento estratégico de TI (PETI)

- Está alinhado ao objetivo Prover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

2.4.3 Plano Diretor de TI (PDTIC)

As ações referentes a estas contratações constam no PDTIC sob os códigos T.8 e T.14.

2.4.4 Plano de Aquisições de 2022

- 13768 - Certificados digitais tipo A3.
- 14002 - Certificado Digital e-CNPJ tipo A1.

2.5 Referência aos estudos preliminares

Para a presente contratação foram elaborados os estudos preliminares, com a etapa “Análise da Viabilidade Técnica da Contratação” relatada no documento 0902146, do processo SEI 0013426-15.2021.6.21.8000. Os estudos foram

elaborados de acordo com a IN 39/2014, da Presidência do TRE-RS.

2.6 Relação entre a demanda prevista e quantidade de bens a serem contratados

Para definição da quantidade de certificados digitais e-CPF tipo A3, foi efetuado levantamento junto aos atuais usuários, cujos certificados digitais vencem durante o ano de 2022 e início de 2023, se a necessidade de utilização do certificado persiste (atividade CRONO 28256).

O certificado digital e-CNPJ A1 destina-se à substituição do que está em uso e vence em agosto de 2022.

2.7 Análise do mercado de Tecnologia da Informação e justificativa da escolha da solução

A aquisição de certificados digitais padrão ICP-BRASIL é a solução padrão na Justiça Eleitoral. Há vários fornecedores no mercado para esse tipo de solução, o que garante uma aquisição economicamente vantajosa.

2.8 Natureza do objeto

O objeto pretendido é de natureza comum no âmbito do mercado de tecnologia da informação.

2.9 Seleção do Fornecedor

A proposta que apresentar o MENOR VALOR POR ITEM e que atender a todas as exigências deste Termo de Referência será considerada como a mais vantajosa.

2.10 Impacto ambiental

Não há impacto ambiental decorrente da contratação.

3 DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Detalhamento do objeto

Item	Descrição	Código SIASG	Unidade	Quantidade
1	Certificados digitais e-CPF, Tipo A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 3 anos, instalados em tokens USB compatíveis com sistemas operacionais Windows 7 ou superior, Linux e Mac OS	27189	un	39
2	Certificado digital e-CNPJ, Tipo A1, para computador, com validade de 1 ano	27162	un	01

4 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

4.1 Certificado Digital para Pessoa Física A3 acompanhados de mídias criptográficas do tipo token.

4.1.1 Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;

4.1.2 Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;

4.1.3 Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;

4.1.4 Ser instalado em tokens criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

4.1.5 Das mídias criptográficas do tipo token:

4.1.5.1 Token criptográfico USB capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

4.1.5.2 Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

4.1.5.3 Total compatibilidade com os certificados digitais A3;

4.1.5.4 Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 ou superior, compatível com 2.0;

4.1.5.5 Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;

4.1.5.6 Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;

4.1.5.7 Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits;

4.1.5.8 Possuir carcaça resistente à água e à violação;

4.1.5.9 Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows 7, Microsoft Windows 10, GNU/Linux e Mac OS;

4.1.5.10 Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 06 (seis) caracteres alfanuméricos;

4.1.5.11 Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number);

4.1.5.12 Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);

4.1.5.13 Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

4.1.6 O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:

4.1.6.1 Gerenciamento do dispositivo;

4.1.6.2 Exportação de certificados armazenados no dispositivo;

4.1.6.3 Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;

4.1.6.4 Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;

4.1.6.5 Visualização de certificados armazenados no dispositivo;

4.1.6.6 Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;

4.1.6.7 Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.

4.1.7 O prazo para ativação do certificado deve ser de, no mínimo, 01 (um) ano a contar do aceite definitivo.

4.2 Certificados Digital e-CNPJ

4.2.1 Padrão ICP-Brasil;

4.2.2 Tipo A1, para computador;

4.2.3 Validade de 01(um) ano;

4.2.4 Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

4.2.5 Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Ministério da Fazenda, Justiça Federal, SERPRO entre outros;

4.2.6 Ser compatível com Ubuntu versão 20.04 LTS ou superior.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Prazos e condições

5.1.1 A disponibilização dos certificados digitais deverá ser informada através de e-mail endereçado à secot@tre-rs.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do aceite da Nota de Empenho;

5.1.2 A contratada deverá informar por meio de e-mail para secot@tre-rs.jus.br a forma pela qual serão disponibilizados os certificados digitais à contratante (vouchers, lote de certificados via site, etc);

5.1.3 No momento da ativação do certificado digital do tipo A3 para pessoa física, deve ser informado ao usuário o PIN (Personal Identification Number) e o PUK (Pin Unlock Key) do token fornecido;

5.1.4 A contratada deverá informar por meio de e-mail endereçado a secot@tre-rs.jus.br a data final em que os certificados digitais adquiridos poderão ser ativados. Este prazo deverá ser igual ou superior a 1 (um) ano;

5.1.5 Constatada a ocorrência de divergência na especificação da solução entregue, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação da ocorrência por parte da contratante.

5.2 Prestação da Garantia

5.2.1 A contratada deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período de 3 (três) anos para o certificado de pessoa física do tipo A3 e de 01 (um) ano para o certificado e-CNPJ tipo A1, contados a partir da data de emissão do certificado. Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o TRE-RS;

5.2.2 No caso dos certificados digitais e-CPF tipo A3, a contratada deverá prover garantia de 03 (três) anos das mídias criptográficas do tipo token, contado a partir da data de ativação. Nesse período, caso o dispositivo apresente defeito, a empresa contratada deverá realizar a troca deste por outro com, no mínimo, as mesmas características daquele e contendo um certificado digital Cert-JUS A3, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação feita pela contratante.

5.3 Solicitação do serviço

5.3.1 As solicitações de atendimento serão realizadas por meio de serviço eletrônico, central de atendimento ou outro meio indicado pela contratada.

5.4 Obrigações da Contratante

5.4.1 Fornecer à Autoridade de Registro os documentos que identificam o TRE-RS, o titular e o responsável pelo uso dos certificados, caso necessário;

5.4.2 Assinar cartas de apresentação do usuário, se solicitadas pela Autoridade de Registro para cada um dos certificados;

5.4.3 Efetuar o pagamento devido pela entrega da respectiva execução do objeto dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

5.5 Obrigações da Contratada

5.5.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.5.2 Entregar e prestar o serviço contratado conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.5.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do Contratante, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;

5.5.4 Efetuar a configuração inicial do token criptográfico, incluindo formatação e colhimento da senha de administração diante do emitente do certificado digital tipo A3;

5.5.5 Informar o meio pelo qual deverá ser efetuado o agendamento para validação dos certificados digitais tipo A3 e A1, bem como os documentos que devem ser apresentados pelo usuário no momento da validação do certificado;

5.5.6 Indicar obrigatoriamente, ao menos um local na cidade de Porto Alegre, para a realização do atendimento presencial de validação de documentos e entrega do certificado, caso não ofereça o serviço de forma remota, sem custo adicional;

5.5.6.1 No caso de validação remota, deverá ser informada a forma de apresentação dos documentos necessários para tal, bem como a forma de envio do token;

5.5.7 Informar um canal para abertura de chamado, em caso de necessidade de suporte (endereço de e-mail, site específico, telefone).

6 MODELO PARA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Papéis a serem desempenhados

6.1.1 Fiscal:

6.1.1.1 Verificar a conformidade das especificações da solução entregue com o constante neste Termo de Referência e informar o Gestor.

6.1.2 Gestor:

6.1.2.1 Baseado nas informações prestadas pelo Fiscal Técnico, preencher o termo de recebimento definitivo da solução e encaminhar notas fiscais para pagamento;

6.1.2.2 Entrar em contato com a CONTRATADA, caso seja necessário.

6.2 Mecanismos formais de comunicação

A comunicação entre as partes se dará por escrito, através de e-mail endereçado aos gestores do contrato designados pelas partes, exceto a abertura de chamados de garantia, que poderá ser realizada também por telefone, email ou aplicativo web.

6.3 Forma de recebimento

6.3.1 O recebimento dos certificados digitais será feito em duas etapas, conforme abaixo:

6.3.1.1 Provisoriamente, quando da disponibilização dos certificados para ativação;

6.3.1.2 Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, após a verificação das especificações do certificado entregue, a conformidade com o exigido neste Termo de Referência e com o constante da proposta de preços da empresa vencedora.

6.4 Condições para pagamento

6.4.1 Atestado o recebimento definitivo dos certificados digitais o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária;

6.4.2 Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento;

6.4.3 O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento definitivo dos materiais, ou de até 10 (dez) dias úteis, caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93;

6.4.4 Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

6.5 Penalidades

6.5.1 A inobservância injustificada dos prazos acordados sujeitará o fornecedor à multa moratória diária, a ser aplicada sobre o valor da contratação, nos percentuais discriminados a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93:

6.5.1.1 0,25%, do 1º ao 15º dia de atraso; e

6.5.1.2 0,75%, do 16º ao 30º dia de atraso.

6.5.2 Na hipótese de a contratação perder a utilidade em decorrência do atraso na prestação das obrigações assumidas, será aplicada multa compensatória de 20% do valor da contratação, por inexecução total;

6.5.3 No caso de inexecução parcial das obrigações, o percentual previsto no item anterior incidirá sobre o valor das unidades não entregues.

Equipe de Planejamento da Contratação
Martinho Luiz Marchi Integrante demandante
Janice de Souza Martins Fiala Integrante técnico
Sérgio Casaril Integrante administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Janice de Souza Martins Fiala, Técnico Judiciário**, em 10/03/2022, às 17:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Casaril, Chefe de Seção**, em 10/03/2022, às 17:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Martinho Luiz Marchi, Coordenador**, em 14/03/2022, às 11:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0902498** e o código CRC **F5B71D45**.



Avenida Padre Cacique, 96 - Bairro Praia de Belas - Porto Alegre/RS - CEP 90810-240
www.tre-rs.jus.br - Fone: 3294 8404